

Poder Judiciário
Justiça Federal
Conselho da Justiça Federal – CJF
Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento - DP
Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO
Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira - SUPRO
Divisão de Contabilidade e Custos – DICOS

Demonstrações Contábeis

Órgão 12000 – Justiça Federal

4º trimestre de 2023



Brasília (DF), 31 de janeiro de 2024

Sumário

Lista de Siglas	4
Apresentação	5
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	5
Declaração do Contador.....	7
Fatos Relevantes	8
1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, de 2 de dezembro de 2022.	8
2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos.....	8
3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.....	8
4) Inconstitucionalidade das Emendas Constitucionais 113 e 114	9
Demonstrações Contábeis	10
Balanço Patrimonial – BP	10
Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP	11
Balanço Orçamentário – BO.....	13
Balanço Financeiro – BF	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC.....	16
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	17
NOTA 1 – BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores.....	17
NOTA 2 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores	19
NOTA 3 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis	21
NOTA 4 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	25
NOTA 5 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Provisões a Curto Prazo	27
NOTA 6 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	28
NOTA 7 – DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas.....	30
NOTA 8 – DVP – VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	32
NOTA 9 – DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas	34
NOTA 10 – DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	36
NOTA 11 – BO – RECEITAS CORRENTES - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.....	38
NOTA 12 – BO – DESPESAS CORRENTES	40
NOTA 13 – BF – INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária	41
NOTA 14 – BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, Independentes da Execução Orçamentária	42
NOTA 15 – BF – INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade	43

NOTA 16 – BF – DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas	46
NOTA 17 – BF – DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária	48
NOTA 18 – DFC – Fluxos de Caixa - por Atividade.....	49
NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa	51
Referências.....	52

Lista de Siglas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AH – Análise Horizontal

AV – Análise Vertical

BF – Balanço Financeiro

BGU – Balanço Geral da União

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

CCONT/STN – Coordenação Geral de Contabilidade

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CJF – Conselho da Justiça Federal

DCJF – Demonstrações Contábeis da Justiça Federal

DCON - Demonstrações Contábeis Consolidadas

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOU – Diário Oficial da União

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

JF – Justiça Federal

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público Conselho

RPV - Requisições de Pequeno Valor

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TRF – Tribunal Regional Federal

Apresentação

A Justiça Federal é composta pelo conjunto dos órgãos do Poder Judiciário cuja competência, prevista no art. 109 da Constituição Federal de 1988, é o julgamento de ações nas quais a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem como autoras ou rés, bem como intervenientes de qualquer natureza.

A Constituição de 1988 promoveu significativas modificações na estrutura da Justiça Federal, extinguindo o Tribunal Federal de Recursos e fomentando a criação dos seis Tribunais Regionais Federais e do Conselho da Justiça Federal (Lei n. 11.798/2008).

Cabe aos Tribunais Regionais Federais (art. 108 da CF/1988) processar e julgar os recursos provenientes das Seções Judiciárias a eles vinculados, bem como ações de sua competência originária (ações rescisórias, conflitos de competência, crimes cometidos por pessoas com prerrogativa de foro etc.). A própria Constituição Federal, no art. 27, § 6º, do ADCT, incumbiu-se de criar os cinco primeiros tribunais regionais federais, que passaram a ser em número de seis, desde a edição da Lei n. 14.226/2021. Regulamentando esse dispositivo, foi editada a Lei n. 7.727/1989, que estabeleceu a composição inicial de cada tribunal com alterações dadas pelas Leis n. 8.914/1994, 8.915/1994, 9.967/2000, 9.968/2000 e 14.253/2021.

Durante a década de 1990, a Justiça Federal de Primeira Instância sofreu enorme ampliação, com a criação de novas varas em todas as regiões. Nesse período, incrementou-se, também, o processo de interiorização desta Justiça, o que é, mais acentuadamente, levado a efeito com a edição da Lei n. 10.772/2003, que criou 183 novas varas. Ressalta-se que, com a Lei n. 8.251, de 24 de outubro de 1991, foram criadas as Seções Judiciárias do Tocantins, do Amapá e de Roraima.

O Conselho da Justiça Federal é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões administrativas possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal, conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008.

Nesse contexto, enquanto Setorial Contábil, o CJF é responsável pela análise das Demonstrações Contábeis da Justiça Federal (DCJF), onde são consolidadas as contas de todo o órgão 12000 – Justiça Federal. Destaca-se que as DCJF subsidiam a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas – DCON, as quais compõem o Balanço Geral da União – BGU.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Justiça Federal -DCJF são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967,

do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Preparadas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCJF consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) da Justiça Federal. Sendo assim, a elaboração das DCJF teve como subsídio as informações prestadas pelas setoriais regionais de contabilidade que compõem a estrutura da Justiça Federal.

No presente relatório estão evidenciadas as DCJF relativas ao 4º Trimestre de 2023. Embora não seja exigida pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

As estruturas e a composição das DCJF estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As DCJF trimestrais contemplam ainda Notas Explicativas, que, segundo definição do MCASP, são informações adicionais às constantes dos quadros dos demonstrativos contábeis e são consideradas parte integrante das demonstrações, tendo por objetivo facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, devendo, portanto, serem claras, sintéticas e objetivas (STN, 2021).

A moeda de apresentação nas demonstrações contábeis é o Real.

A análise das DCJF materializa-se por meio da avaliação dos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que são acompanhados das suas respectivas Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e sua análise foi complementada com auxílio do Tesouro Gerencial.

Declaração do Contador

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis e suas notas explicativas da Justiça Federal - Órgão 12000, referentes ao 4º Trimestre de 2023, refletindo a conformidade contábil, sendo pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas notas explicativas, referentes ao 4º Trimestre de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Manual SIAFI.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2024

Danillo Teixeira de Souza
CRC nº DF-020599/O
Contador Responsável

Fatos Relevantes

1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, de 2 de dezembro de 2022.

Em substituição à Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019, a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/CJF editou a Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, que trata do Registro da Obrigação de Precatórios, RPV e Patronal do PSSS, com reflexos no Patrimônio da Entidade Devedora, em atendimento ao Acórdão 1331/2019 – TCU (TC 013.643/2019), o qual determina:

- a) a revisão dos procedimentos de registro do passivo relativo à sentença judicial transitada em julgado entre 03/04 e 31/12 que resulte em precatório;
- b) a revisão das orientações sobre os procedimentos de registro contábil dos precatórios quanto à reclassificação dessa obrigação do longo prazo para o curto prazo antes do encerramento do exercício.

2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos

Para atender os Acórdãos do Tribunal de Contas da União, nº 1331/2019-Plenário e nº 1437/2020-Plenário, os quais determinaram a realização de ajustes nos procedimentos que impactam a contabilização dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados e reincluídos, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN desenvolveu rotina contábil para que os lançamentos tenham reflexo nas Demonstrações Contábeis da devida entidade, com equivalentes registros em contas de controle deste Órgão, a fim de evitar distorções nas informações.

Nesse sentido, o Conselho da Justiça Federal, como Órgão Central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, orientou os Tribunais Regionais Federais quanto aos procedimentos necessários para a apuração e contabilização dos valores de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados em razão do disposto no art. 2º da Lei nº 13.463/2017.

3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017

A edição da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que dispôs em seu art. 2º sobre o cancelamento de precatórios e RPV federais, cujos valores não tivessem sido levantados pelo credor e estivessem depositados há mais de 2 anos em instituição financeira oficial, teve grande impacto, desde a sua edição, nas Demonstrações Contábeis da Justiça Federal.

Em 30/06/2022, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5755, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o cancelamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor (RPVs) não levantados pelo credor no período de dois anos, conforme previsto na Lei 14.463/2017, é inconstitucional.

4) Inconstitucionalidade das Emendas Constitucionais 113 e 114

Em dezembro de 2023, por meio das ADIs 7047 e 7064, o STF julgou inconstitucionais as alterações implementadas em 2021 no regime constitucional de precatórios (Emendas Constitucionais 113 e 114), entre elas a que impunha um teto para o pagamento dessas despesas entre 2022 e 2026.

A decisão determinou que a União quitasse a dívida com precatórios acumulada no exercício de 2022. Também retirou do teto de gastos as despesas com precatórios, inclusive os expedidos entre 2023 e 2026. Além disso, na decisão o Supremo autorizou a União a abrir créditos extraordinários necessários ao pagamento imediato dos precatórios expedidos e não pagos.

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial – BP

	NE	2023	2022	PASSIVO	NE	2023	2022
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE		3.981.886,221	2.344.484,097	PASSIVO CIRCULANTE		4.268.876,125	2.704.873,554
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.743.529,713	2.099.925,455	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	4	3.665.419,280	2.371.843,330
Créditos a Curto Prazo	1	158.584,733	183.163,006	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		161.811,524	186.006,006	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		16.326,676	22.796,793
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		(3.226,791)	(2.843,000)	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	804
Estoques		35.560,834	38.230,172	Provisões a Curto Prazo	5	10.197,776	24.233,349
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	6	576.932,393	285.999,278
VPDs Pagas Antecipadamente		44.210,942	23.165,465			-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.867.362,677	6.393.951,638	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		231.426	278.093
Ativo Realizável a Longo Prazo		5.552,616	4.627,451	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP		-	-
Créditos a Longo Prazo		5.184,241	4.627,451	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores	2	5.219,773	4.627,451	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(35,532)		Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Investimentos		9	9	Demais Obrigações a Longo Prazo		231,426	278,093
Participações Permanentes		-	-			-	-
Demais Investimentos Permanentes		9	9	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		4.269.107,550	2.705.151,647
Demais Investimentos Permanentes		9	9				
Imobilizado		6.669.660,952	6.213.248,465				
Bens Móveis		722.304,101	705.344,797				
Bens Móveis		1.565.981,493	1.499.385,967				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(843,677,393)	(794,041,171)				
Bens Imóveis		5.947.356,851	5.507.903,668				
Bens Imóveis		5.962.874,491	5.522.814,992				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	3	(15.517,640)	(14.911,323)				
Intangível		192.149,101	176.075,712				
Softwares		192.083,319	176.009,931				
Softwares		263.250,174	233.869,747				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(67,788,085)	(54,404,530)				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		(3,378,770)	(3,455,286)				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		65,782	65,782				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Industriais		65,782	65,782				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
TOTAL DO ATIVO		10.849.248,898	8.738.435,735	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.580.141,348	6.033.284,088
				ESPECIFICAÇÃO		10.849.248,898	8.738.435,735
				Patrimônio Social e Capital Social		-	-
				Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
				Reservas de Capital		-	-
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		632,732,728	47,199
				Demais Reservas		5.947,408,620	6.033,236,888
				Resultados Acumulados		179,038,343	162,756,532
				Resultado do Exercício		6,033,236,888	6,114,584,830
				Resultados de Exercícios Anteriores		(264,866,611)	(244,104,473)
				Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.580.141,348	6.033.284,088
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.849.248,898	8.738.435,735

Fonte: Sfiat Web

Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		NE	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			456.788.276.421	182.356.735.872
Taxas			147.498.733	131.919.904
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			164.493.973	164.882.925
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços			164.493.973	164.882.925
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			263.657	2.766.656
Juros e Encargos de Mora			194.268	2.760.614
Variações Monetárias e Cambiais			69.388	6.042
Transferências e Delegações Recebidas	7		456.152.242.149	181.297.486.497
Transferências Intragovernamentais			456.102.560.318	181.251.867.649
Transferências Intergovernamentais			407	55.294
Outras Transferências e Delegações Recebidas			49.681.424	45.563.554
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos			112.661.166	455.788.018
Reavaliação de Ativos			231.861	284.928.908
Ganhos com Alienação			-	22.295
Ganhos com Incorporação de Ativos			95.150.079	62.947.248
Ganhos com Desincorporação de Passivos			17.279.227	107.889.567
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8		211.116.742	303.891.871
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas			1.028.093	518.342
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas			210.088.649	303.373.530
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			456.609.238.078	182.193.979.340
Pessoal e Encargos			10.057.578.611	9.621.582.218
Remuneração a Pessoal			7.883.155.275	7.547.353.849
Encargos Patronais			1.483.330.708	1.553.021.900
Benefícios a Pessoal			562.482.814	422.905.420
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos			128.609.814	98.301.050
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			2.365.146.312	2.202.428.424
Aposentadorias e Reformas			1.904.907.644	1.819.639.595
Pensões			326.211.705	306.168.977
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais			134.026.963	76.619.852
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			1.969.530.129	1.614.838.632
Uso de Material de Consumo			42.012.828	37.435.357
Serviços			1.795.771.743	1.463.157.234
Depreciação, Amortização e Exaustão			131.745.558	114.246.041
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			158.577	104.840
Juros e Encargos de Mora			85.189	104.084
Variações Monetárias e Cambiais			0	-
Descontos Financeiros Concedidos			73.389	755
Transferências e Delegações Concedidas	9		303.478.799.735	121.522.386.834
Transferências Intragovernamentais			303.445.962.467	121.482.431.679
Transferências ao Exterior			2.500.000	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas			30.337.268	39.955.154
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10		138.657.470.099	47.154.752.217
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas			63.442.269	10.001.847
Perdas com Alienação			-	10.934

Perdas Involuntárias	1.052.739	2.291.630
Incorporação de Passivos	138.361.890.978	47.070.812.750
Desincorporação de Ativos	231.084.113	71.635.057
Tributárias	64.834.488	45.929.810
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.747.275	1.791.753
Contribuições	63.087.213	44.138.057
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	15.720.126	31.956.365
Premiações	12.295	80.546
Incentivos	70.874	95.423
Constituição de Provisões	11.865.708	29.512.833
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.771.249	2.267.563
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	179.038.343	162.756.532

Fonte: Siafi Web

Balanco Orçamentário – BO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	103.222.504	103.222.504
Receitas Tributárias		-	-	103.248.966	103.248.966
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	407	407
Outras Receitas Correntes		-	-	(26.869)	(26.869)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11	-	-	(26.869)	(26.869)
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	103.222.504	103.222.504
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	103.222.504	103.222.504
DEFICIT		-	-	153.279.959.507	153.279.959.507
TOTAL		-	-	153.383.182.011	153.383.182.011

Fonte: Siafi Web

Balanco Orçamentário – BO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12	15.065.771.604	14.963.579.021	148.710.254.586	145.628.725.698	145.471.106.829	(133.746.675.565)
Pessoal e Encargos Sociais		12.276.672.991	12.276.672.991	30.286.405.124	29.108.565.554	28.972.791.033	(18.009.732.133)
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		2.789.098.613	2.686.906.030	118.423.849.462	116.520.160.144	116.498.315.795	(115.736.943.432)
DESPESAS DE CAPITAL		411.789.039	513.981.622	4.672.927.425	4.452.700.507	4.450.936.415	(4.158.945.803)
Investimentos		393.162.170	494.564.753	387.253.081	173.064.106	171.300.015	107.311.672
Inversões Financeiras		18.626.869	19.416.869	4.285.674.344	4.279.636.401	4.279.636.401	(4.266.257.475)
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		15.477.560.643	15.477.560.643	153.383.182.011	150.081.426.204	149.922.043.244	(137.905.621.368)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		15.477.560.643	15.477.560.643	153.383.182.011	150.081.426.204	149.922.043.244	(137.905.621.368)
TOTAL		15.477.560.643	15.477.560.643	153.383.182.011	150.081.426.204	149.922.043.244	(137.905.621.368)

Fonte: Siafi Web

Balanco Financeiro – BF

INGRESSOS		DISPÊNDIOS					
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
Receitas Orçamentárias				Despesas Orçamentárias			
Ordinárias		103.222.504	125.329.425	Ordinárias		153.383.182.011	60.985.770.320
Educação		104.882.962	137.707.034	Vinculadas	16	65.971.245.613	35.933.904.766
Previdência Social (RPPS)		69.993	35.084.171	Seguridade Social (Exceto Previdência)		87.411.936.398	25.051.865.554
Alienação de Bens e Direitos		-	-	Previdência Social (RPPS)		44.636.455.067	22.314.877.165
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		-	2.316	Dívida Pública		1.966.900.376	1.943.817.084
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		104.812.003	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		40.651.698.524	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-	102.620.373	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		156.882.431	-
Recursos Extraorçamentários		-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-	793.171.305
Recursos Não Classificados		966	-	Recursos Extraorçamentários		-	-
Recursos a Classificar		-	174	Recursos Não Classificados		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(1.660.458)	(12.377.609)	Transferências Financeiras Concedidas		303.445.549.990	121.481.978.526
Resultantes da Execução Orçamentária	13	456.102.560.318	181.251.867.649	Resultantes da Execução Orçamentária	17	300.315.258.291	118.909.129.288
Cota Recebida		452.155.249.092	59.258.993.090	Repasse Concedido		50.469.322	12.152.483
Repasse Recebido		151.910.746.545	2.023.660	Sub-repasse Concedido		300.221.323.987	118.675.563.914
Sub-repasse Recebido		8.943.246	118.675.563.914	Sub-repasse Devolvido		29.229.668	221.112.287
Sub-repasse Devolvido		300.221.323.987	300.604	Cota Devolvida		14.235.314	300.604
Independências da Execução Orçamentária	14	3.947.311.226	3.314.986.381	Independências da Execução Orçamentária	14	3.130.291.699	2.572.849.238
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.916.882.992	2.673.582.821	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.582.741.917	1.916.171.403
Demais Transferências Recebidas		15.301.544	592.057.279	Demais Transferências Concedidas		10.355.167	14.346.378
Movimentação de Saldos Patrimoniais		15.126.690	49.346.281	Movimento de Saldos Patrimoniais		537.194.616	642.331.457
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		4.544.151.600	2.953.954.870	Pagamentos Extraorçamentários		2.277.598.164	1.602.110.615
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		159.382.960	64.244.613	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		58.810.876	21.400.946
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		3.301.755.807	1.803.682.220	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.450.077.925	1.070.951.396
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		667.375.593	627.043.800	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		768.245.749	509.311.702
Outros Recebimentos Extraorçamentários		415.637.240	458.984.237	Outros Pagamentos Extraorçamentários		463.615	446.572
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		4.958	4.587	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-	8.954
Restituições a Pagar		688	-	Valores Compensados		51.121	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		10.566	548	Demais Pagamentos		412.493	437.618
Arrecadação de Outra Unidade	15	415.621.028	458.865.404			-	-
Valores para Compensação		-	113.698			-	-
Saldo do Exercício Anterior		2.099.925.455	1.838.632.972	Saldo para o Exercício Seguinte		3.743.529.713	2.099.925.455
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.099.925.455	1.838.632.972	Caixa e Equivalentes de Caixa		3.743.529.713	2.099.925.455
TOTAL		462.849.859.877	186.169.784.916	TOTAL		462.849.859.877	186.169.784.916

Fonte: Siafi Web

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC

ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18	6.211.554.170	715.516.327
INGRESSOS		457.288.790.697	182.463.220.524
Receita Tributária		103.248.966	92.345.252
Receita de Serviços		-	(1.410.122)
Outras Receitas Derivadas e Originárias		(26.869)	36.265.217
Transferências Recebidas		407	(1.870.921)
Intragovernamentais		407	-
Outras Transferências Recebidas		-	(1.870.921)
Outros Ingressos Operacionais		457.185.568.193	182.337.891.099
Ingressos Extraorçamentários		667.375.593	627.043.800
Restituições a Pagar		688	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		10.566	548
Transferências Financeiras Recebidas		456.102.560.318	181.251.867.649
Arrecadação de Outra Unidade		415.621.028	458.865.404
Valores para Compensação		-	113.698
DESEMBOLSOS		(451.077.236.527)	(181.747.704.197)
Pessoal e Demais Despesas		(145.058.762.750)	(57.899.299.270)
Judiciário		(10.238.312.421)	(9.359.731.947)
Essencial à Justiça		(570.846)	(470.962)
Administração		(62.700)	(15.571)
Previdência Social		(2.213.235.982)	(2.060.469.357)
Educação		(6.767)	-
Encargos Especiais		(132.606.578.992)	(46.478.616.020)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		4.958	4.587
Transferências Concedidas		(1.804.214.424)	(1.856.668.127)
Intragovernamentais		(1.801.714.424)	(1.856.668.127)
Outras Transferências Concedidas		(2.500.000)	-
Outros Desembolsos Operacionais		(304.214.259.353)	(121.991.736.800)
Dispêndios Extraorçamentários		(768.245.749)	(509.311.702)
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-	(8.954)
Transferências Financeiras Concedidas		(303.445.549.990)	(121.481.978.526)
Valores Compensados		(51.121)	-
Demais Pagamentos		(412.493)	(437.618)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	18	(4.567.949.912)	(454.223.844)
DESEMBOLSOS		(4.567.949.912)	(454.223.844)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(253.156.887)	(322.009.699)
Outros Desembolsos de Investimentos		(4.314.793.025)	(132.214.145)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.643.604.257	261.292.483
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	19	2.099.925.455	1.838.632.972
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		3.743.529.713	2.099.925.455

Fonte: Siafi Web

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 – BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2023	2022	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE	3.981.886.221	2.344.484.097	69,84%	36,70%
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.743.529.713	2.099.925.455	78,27%	34,50%
Créditos a Curto Prazo	158.584.733	183.163.006	(13,42%)	1,46%
Demais Créditos e Valores	161.811.524	186.006.006	(13,01%)	1,49%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	(3.226.791)	(2.843.000)	13,50%	(0,03%)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	35.560.834	38.230.172	(6,98%)	0,33%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	44.210.942	23.165.465	90,85%	0,41%
TOTAL DO ATIVO	10.849.248.898	8.738.435.735	24,16%	100,00%

Dentre as contas que compõem os “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 4º trimestre de 2023 foi a de **Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada**, respondendo por 50,46% do total, conforme abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	VALOR (R\$)	%
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	81.652.183	50,46%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	19.024.144	11,76%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	14.693.939	9,08%
Adiantamentos a Fornecedores	11.455.197	7,08%
Cred a Rec de Acerto Finan C/Servidor/Ex Serv	10.416.695	6,44%
Adiantamento de Férias	10.191.973	6,30%
Cred a Rec Decor de Infrac Leg e Contratuais	9.858.459	6,09%
Cred a Rec Por Cessão de Áreas Publicas	2.305.890	1,43%
13 Salário - Adiantamento	1.378.310	0,85%
Outros	834.735	0,52%
TOTAL	161.811.524	100,00%

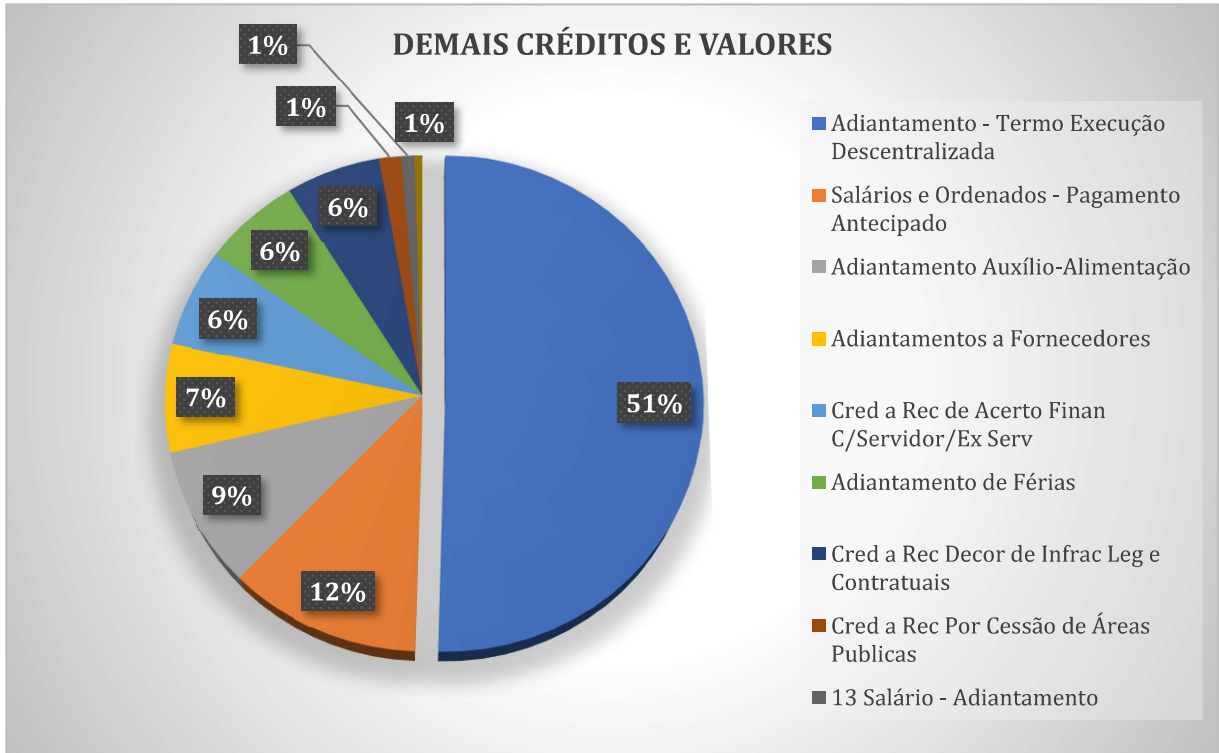


Gráfico 1

NOTA 2 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2023	2022	AH	AV
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.867.362.677,25	6.393.951.637,67	7,40%	63,30%
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.552.615,51	4.627.450,96	19,99%	0,05%
Créditos a Longo Prazo	5.184.241,40	4.627.450,96	12,03%	0,05%
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-	-	-
Demais Créditos e Valores	5.219.773,30	4.627.450,96	12,80%	0,05%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(35.531,90)	-	-	(0,00%)
TOTAL DO ATIVO	10.849.248.898	8.738.435.735	24,16%	100%

Dentre as contas que compõem “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 4º trimestre de 2023 foi a de “Crédito por Concessão Direito Uso/Exploração”, respondendo por 55,13% do total de Créditos a Longo Prazo, seguida pela conta “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações”, com 37,64%. As duas contas, juntas, respondem por 92,77% do total dos Créditos a Longo Prazo, conforme abaixo:

CRÉDITOS A LONGO PRAZO	VALOR (R\$)	%
Cred Por Concessão Direit Uso/Exploração Bens	2.858.201	55,13%
Creditos a Rec Decorrentes de Infrações-Lg Pz	1.951.471	37,64%
Cred a Rec Por Acerto Finan C/Serv e Ex-Serv	176.397	3,40%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	165.397	3,19%
Cred a Receber decorrentes de Folha Pagamento	35.532	0,69%
Indenizações e Restituições a Receber	32.775	0,63%
Ajuste de Perdas de Outros Creditos	(35.532)	(0,69%)
TOTAL	5.184.241	100,00%

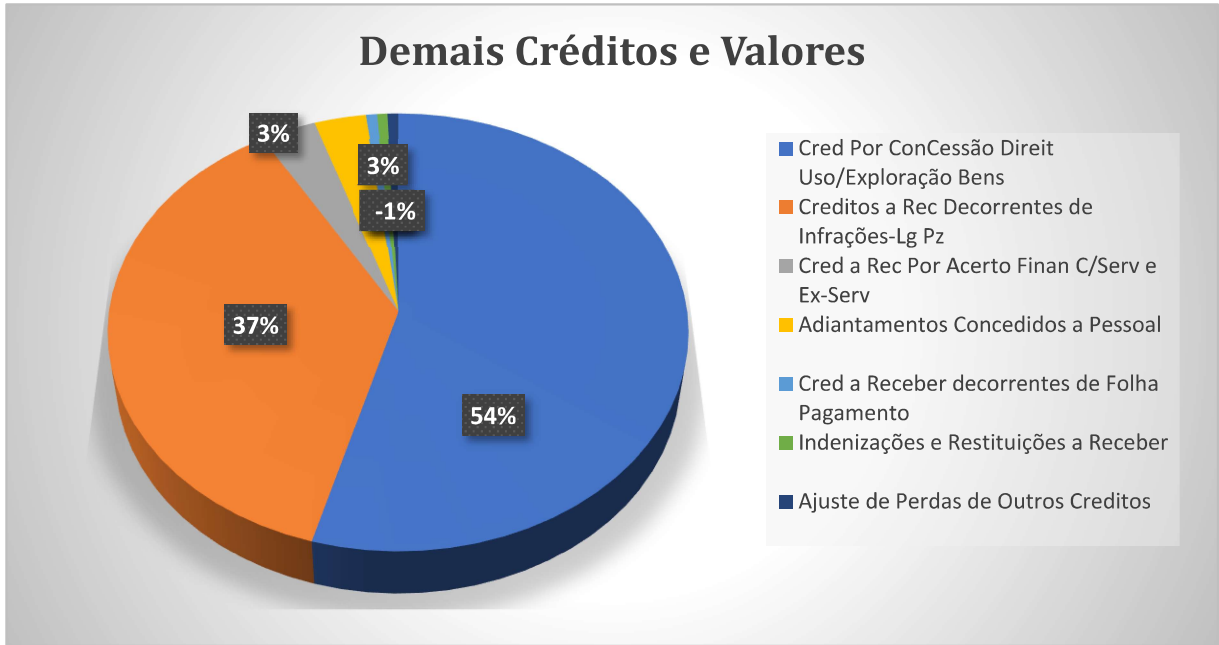


Gráfico 2

NOTA 3 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis

ATIVO	2023	2022	AH	AV
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.867.362.677	6.393.951.638	7,40%	63,30%
Imobilizado	6.669.660.952	6.213.248.465	7,35%	61,48%
Bens Móveis	722.304.101	705.344.797	2,40%	6,66%
Bens Imóveis	1.565.981.493	1.499.385.967	4,44%	14,43%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(843.677.393)	(794.041.171)	6,25%	(7,78%)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	-
Bens Imóveis	5.947.356.851	5.507.903.668	7,98%	54,82%
Bens Imóveis	5.962.874.491	5.522.814.992	7,97%	54,96%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(15.517.640)	(14.911.323)	4,07%	(0,14%)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	10.849.248.898	8.738.435.735	24,16%	100,00%

O Imobilizado, que representa 97,12% do total do Ativo Não Circulante, é composto por 10,83% de Bens Móveis e 89,17% de Bens Imóveis, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2023	AV
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.552.616	0,08%
Investimentos	9	0,00%
Imobilizado	6.669.660.952	97,12%
Intangível	192.149.101	2,80%
Total	6.867.362.677	100,00%

IMOBILIZADO (Líquido de Depreciação Acumulada)	2023	%
Bens Móveis	722.304.101	10,83%
Bens Imóveis	5.947.356.851	89,17%
TOTAL	6.669.660.952	100,00%

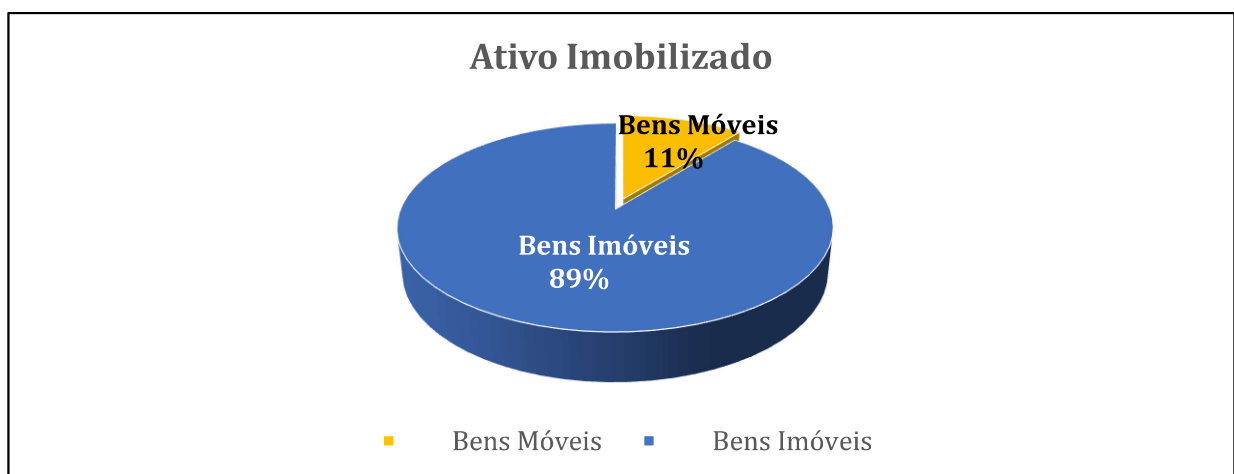


Gráfico 3

A Justiça Federal atualmente possui registrado um total bruto de R\$ 5.962.874.491 em Bens Imóveis. A maior concentração está em edifícios (73,78%), conforme a seguir demonstrado:

BENS IMÓVEIS (valores brutos por conta)	2023	%
Edifícios	4.399.561.137	73,78%
Terrenos/Glebas	459.839.778	7,71%
Obras Em Andamento	359.482.001	6,03%
Bens Imóveis a Classificar/ a Registrar	214.662.886	3,60%
Armazéns/Galpoes	197.192.749	3,31%
Imóveis de Uso Educacional	124.878.569	2,09%
Salas	69.763.861	1,17%
Instalações	42.872.929	0,72%
Imóveis Residenciais / Comerciais	36.988.102	0,62%
Estacionamentos e Garagens	24.667.847	0,41%
Demais Imóveis	32.964.634	0,55%
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	5.962.874.491	100,00%
Depreciação acumulada bens imóveis	(15.517.640)	-
Valor líquido de bens imóveis	5.947.356.851	-

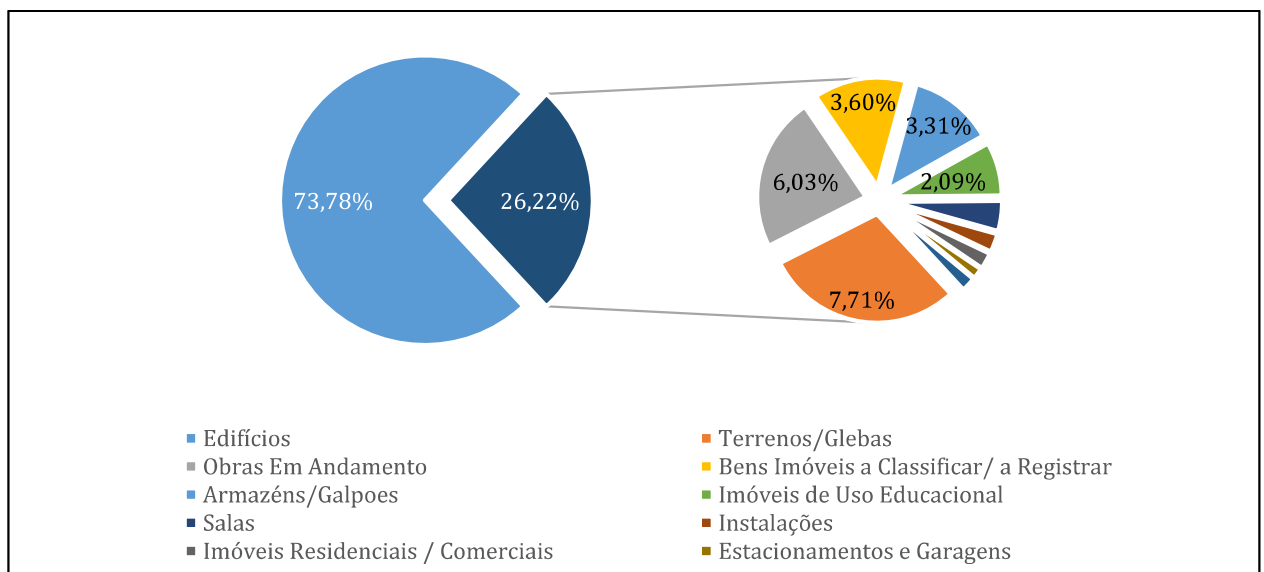


Gráfico 4

Outra possibilidade de visualizar os itens que compõem os Bens Imóveis da Justiça Federal, encontra-se no quadro a seguir:

Bens Imóveis (valores brutos por item)	2023	%
Bens de Uso Especial Registrados no Spiunet	5.311.223.260	89,07%
Bens Imóveis Em Andamento	376.579.898	6,32%
Demais Bens Imóveis	214.662.886	3,60%
Instalações	42.872.929	0,72%
Bens de Uso Especial Não Registrados Spiunet	9.372.644	0,16%
Benfeitorias Em Propriedade de Terceiros	8.162.876	0,14%
Bens Dominicais Não Registrados no Siapa	-	-
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	5.962.874.491	100,00%
Depreciação acumulada bens imóveis	(15.517.640)	-
Valor líquido de bens imóveis	5.947.356.851,42	-

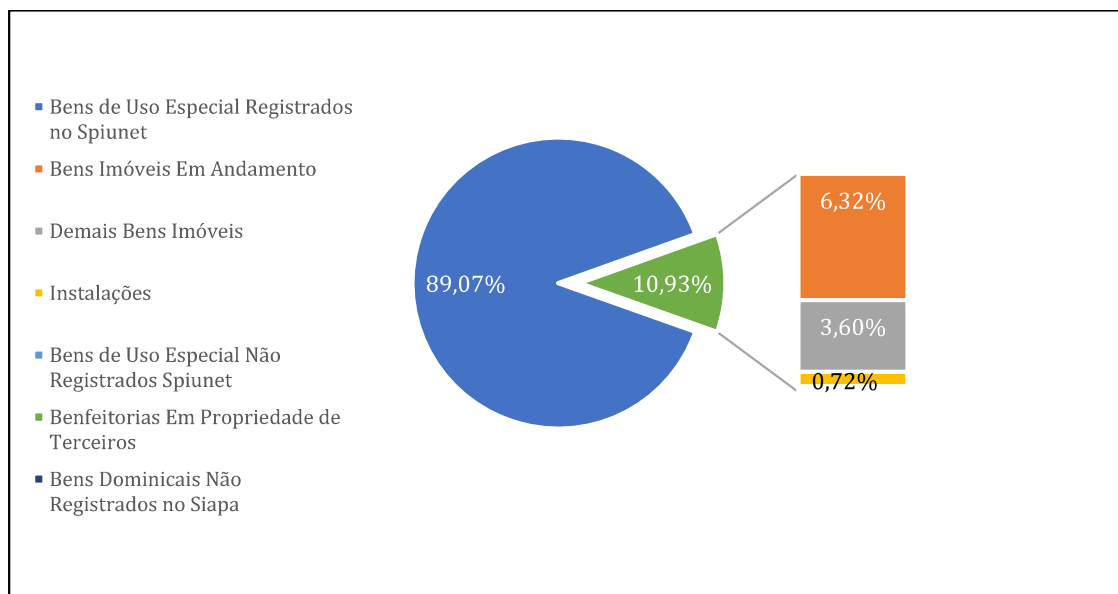


Gráfico 5

Do total de R\$ 4.399.561.137 que a Justiça Federal possui registrado em “Edifícios”, que corresponde a 73,78% do total dos Bens Imóveis, verifica-se que a 1ª Região concentra a maior parcela, seguida pela 2ª e 4ª Regiões, respectivamente, conforme abaixo:

EDIFÍCIOS (POR REGIÃO)	2023	%
1ª Região	1.066.681.585	24,25%
2ª Região	946.796.541	21,52%
4ª Região	872.069.634	19,82%
3ª Região	758.656.170	17,24%
5ª Região	462.459.357	10,51%
6ª Região	211.175.903	4,80%
Conselho da Justiça Federal	81.721.947	1,86%
TOTAL DE EDIFÍCIOS	4.399.561.137	100,00%

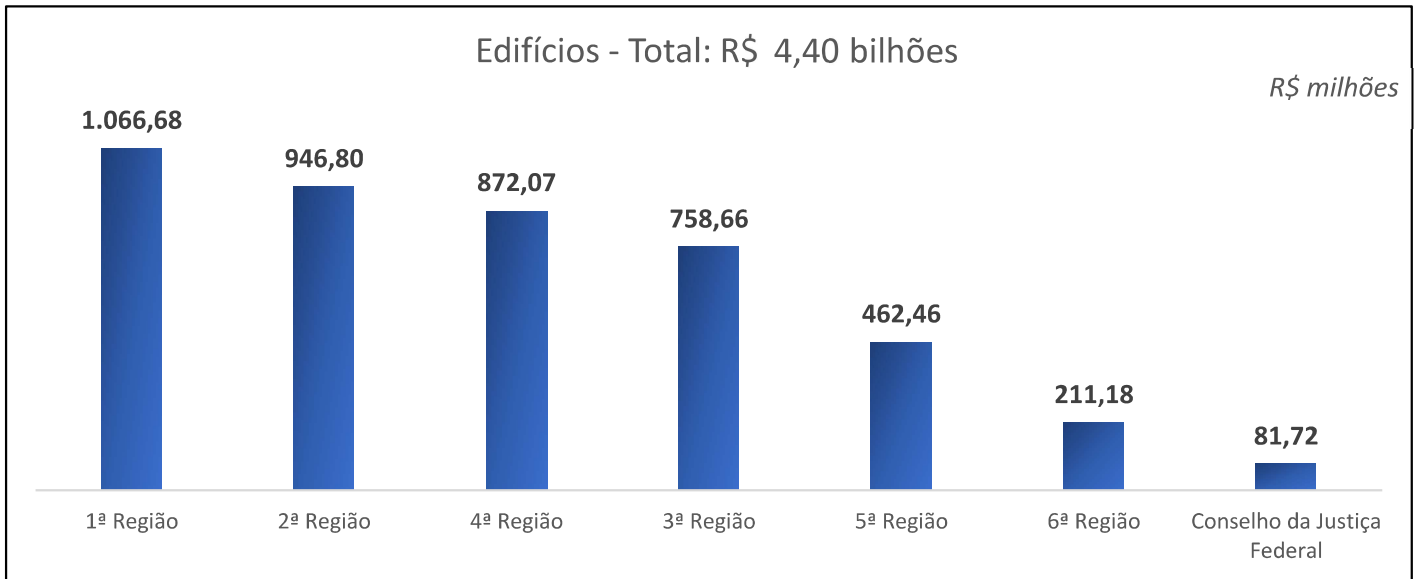


Gráfico 6

NOTA 4 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	4.268.876.125	2.704.873.554	57,82%	39,35%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.665.419.280	2.371.843.330	54,54%	33,79%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.326.676	22.796.793	(28,38%)	0,15%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	804	(100,00%)	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	10.197.776	24.233.349	(57,92%)	0,09%
Demais Obrigações a Curto Prazo	576.932.393	285.999.278	101,73%	5,32%

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.849.248.898	8.738.435.735	24,16%	100,00%
--	-----------------------	----------------------	---------------	----------------

Verifica-se que o item “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” corresponde a 85,86% do total do Passivo Circulante da Justiça Federal, no 4º trimestre de 2023, conforme a seguir demonstrado:

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.665.419.280	85,86%
Demais Obrigações a Curto Prazo	576.932.393	13,51%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.326.676	0,38%
Provisões a Curto Prazo	10.197.776	0,24%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Total	4.268.876.125	100,00%

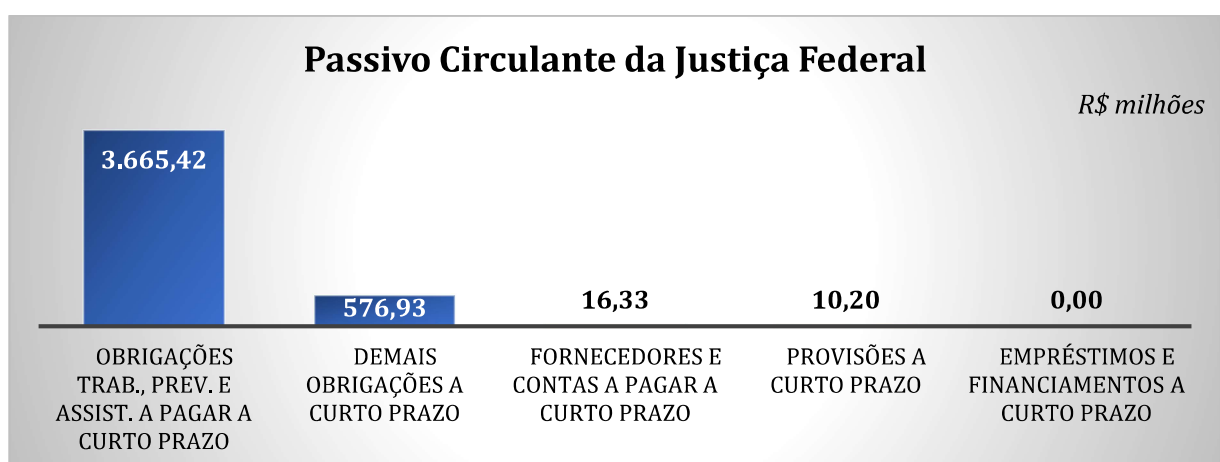
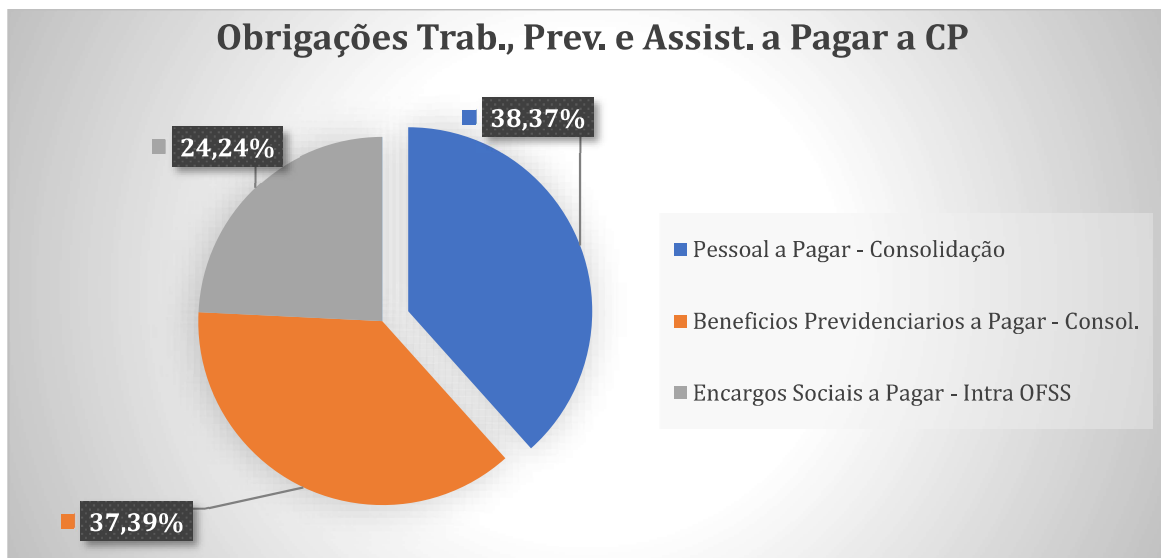


Gráfico 7

O item “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” está composto da seguinte maneira:

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2023	%
Pessoal a Pagar - Consolidação	1.406.317.652	38,37%
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consol.	1.370.636.865	37,39%
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	888.320.380	24,24%
Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	124.625	0,00%
Benefícios Assistenciais a Pagar/Consolidação	19.758	0,00%
Total	3.665.419.280	100,00%



Outra possibilidade de visualizar os itens que compõem as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, encontra-se no quadro a seguir, em que se verifica que quase 60% refere-se a Precatórios de Benefícios Previdenciários e Encargos Patronais relativos ao Plano de Seguridade Social dos Servidores - PSSS, além de 7,15% decorrente de Precatórios de Pessoal.

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2023	%
Precatórios de Benefícios Previdenciários	1.370.636.865	37,39%
Encargos Patronais - PSSS de Precatórios	792.067.680	21,61%
Férias a Pagar	572.200.449	15,61%
Salários, Remunerações e Benefícios	572.042.567	15,61%
Precatórios de Pessoal	262.074.636	7,15%
PSSS-Contrib.S/Vencimentos e Vantagens -Intra	90.262.569	2,46%
INSS-Contrib.S/ Serviços de Terceiros - Intra	5.460.516	0,15%
INSS-Contrib.S/Salários e Remunerações -Intra	529.615	0,01%
Contribuição a Entidades de Previd.Complement	105.807	0,00%
Outras Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	38.575	0,00%
Total	3.665.419.280	100,00%

NOTA 5 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Provisões a Curto Prazo

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	4.268.876.125	2.704.873.554	57,82%	39,35%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.665.419.280	2.371.843.330	54,54%	33,79%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.326.676	22.796.793	(28,38%)	0,15%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	804	(100,00%)	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	10.197.776	24.233.349	(57,92%)	0,09%
Demais Obrigações a Curto Prazo	576.932.393	285.999.278	101,73%	5,32%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.849.248.898	8.738.435.735	24,16%	100,00%

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.665.419.280	85,86%
Demais Obrigações a Curto Prazo	576.932.393	13,51%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.326.676	0,38%
Provisões a Curto Prazo	10.197.776	0,24%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	0,00%
Total	4.268.876.125	100,00%

Verifica-se que as Provisões a Curto Prazo representam 0,24% do total do Passivo Circulante. O valor corresponde, basicamente, a estimativas realizadas pelas unidades do TRF da 1ª Região relativas à prestação de serviços médicos e odontológicos - AMOS PRÓ-SOCIAL, dos valores a pagar que serão empenhados no exercício de 2024.

NOTA 6 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	4.268.876.125	2.704.873.554	57,82%	39,35%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.665.419.280	2.371.843.330	54,54%	33,79%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.326.676	22.796.793	(28,38%)	0,15%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	804	(100,00%)	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	10.197.776	24.233.349	(57,92%)	0,09%
Demais Obrigações a Curto Prazo	576.932.393	285.999.278	101,73%	5,32%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.849.248.898	8.738.435.735	24,16%	100,00%

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.665.419.280	85,86%
Demais Obrigações a Curto Prazo	576.932.393	13,51%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.326.676	0,38%
Provisões a Curto Prazo	10.197.776	0,24%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	0,00%
Total	4.268.876.125	100,00%

Verifica-se que o item “Demais Obrigações a Curto Prazo” corresponde a 13,51% do total do Passivo Circulante. O referido item está composto da forma a seguir demonstrada:

Demais Obrigações a Curto Prazo	2023	%
Valores Restituíveis	215.525.859	37,36%
Outras Obrigações a Curto Prazo	361.406.534	62,64%
Total	576.932.393	100,00%

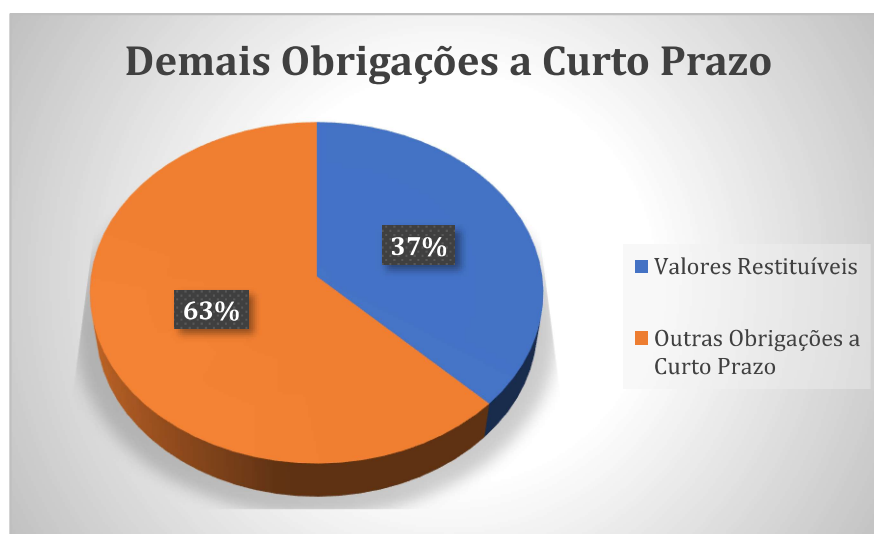


Gráfico 9

Outra possibilidade de visualizar os itens que compõem as Demais Obrigações a Curto Prazo, encontra-se no quadro a seguir, em que se verifica que quase 62,19% dizem respeito a Precatórios de terceiros.

Demais Obrigações a Curto Prazo	2023	%
Precatórios de Terceiros	358.820.547	62,19%
IRRF Devido Ao Tesouro Nacional	122.153.018	21,17%
Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	66.112.187	11,46%
Outras	29.846.639	5,17%
Total	576.932.393	100,00%

NOTA 7 – DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	456.788.276.421	182.356.735.872	150,49%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	147.498.733	131.919.904	11,81%	0,03%
Taxas	147.498.733	131.919.904	11,81%	0,03%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	164.493.973	164.882.925	(0,24%)	0,04%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	164.493.973	164.882.925	(0,24%)	0,04%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	263.657	2.766.656	(90,47%)	0,00%
Juros e Encargos de Mora	194.268	2.760.614	(92,96%)	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	69.388	6.042	1048,46%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	456.152.242.149	181.297.486.497	151,60%	99,86%
Transferências Intragovernamentais	456.102.560.318	181.251.867.649	151,64%	99,85%
Transferências Intergovernamentais	407	55.294	(99,26%)	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	49.681.424	45.563.554	9,04%	0,01%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	112.661.166	455.788.018	(75,28%)	0,02%
Reavaliação de Ativos	231.861	284.928.908	(99,92%)	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	95.150.079	62.947.248	51,16%	0,02%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	17.279.227	107.889.567	(83,98%)	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	211.116.742	303.891.871	(30,53%)	0,05%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.028.093	518.342	98,34%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	210.088.649	303.373.530	(30,75%)	0,05%

Do quadro acima verifica-se que dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Recebidas”, a qual representa 99,86% do total.

A quase totalidade das Transferências e Delegações Recebidas advém de Transferências Intragovernamentais (99,99%), conforme demonstrado abaixo:

Especificação	2023	%
Transferências Intragovernamentais	456.102.560.318	99,99%
Transferências Intergovernamentais	407	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	49.681.424	0,01%
Transferências e Delegações Recebidas	456.152.242.149	100,00%

O total das Transferências Intragovernamentais, por seu turno, é composto por 65,82% de Sub-repasse Recebido, 33,3% de Cota Recebida e 0,88% relativos a outras transferências, conforme a seguir demonstrado:

Especificação	2023	%
Sub-Repasse Recebido	300.221.323.987	65,82%
Cota Recebida	151.910.746.545	33,30%
Outros	4.020.171.617	0,88%
Transferências e Delegações Recebidas	456.152.242.149	100,00%

Cabe ressaltar que a Justiça Federal recebe a Cota da STN, e repassa para as UGs intermediárias, que por seu turno, irão sub-repassar para as UGs executoras.

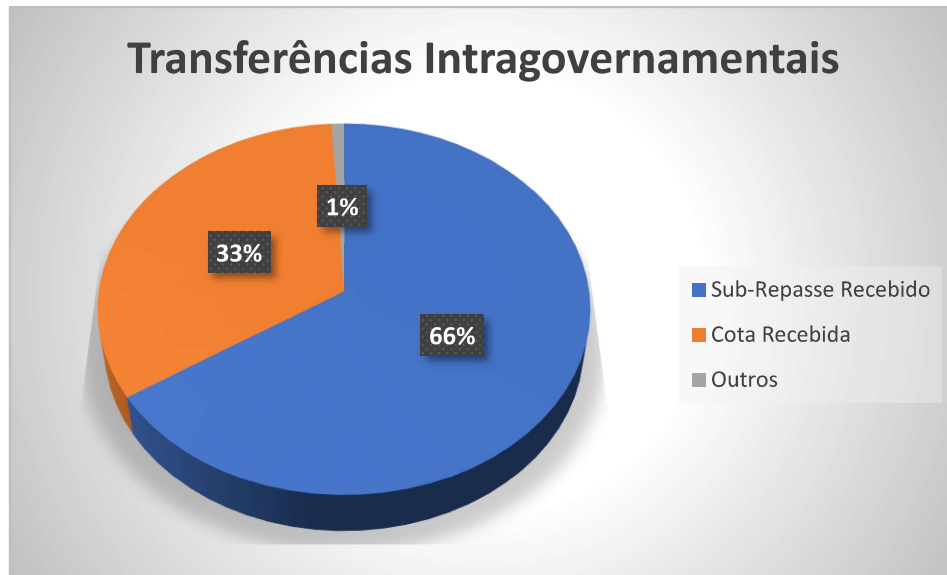


Gráfico 10

NOTA 8 – DVP – VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	456.788.276.421	182.356.735.872	150,49%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	147.498.733	131.919.904	11,81%	0,03%
Taxas	147.498.733	131.919.904	11,81%	0,03%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	164.493.973	164.882.925	(0,24%)	0,04%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	164.493.973	164.882.925	(0,24%)	0,04%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	263.657	2.766.656	(90,47%)	0,00%
Juros e Encargos de Mora	194.268	2.760.614	(92,96%)	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	69.388	6.042	1048,46%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	456.152.242.149	181.297.486.497	151,60%	99,86%
Transferências Intragovernamentais	456.102.560.318	181.251.867.649	151,64%	99,85%
Transferências Intergovernamentais	407	55.294	(99,26%)	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	49.681.424	45.563.554	9,04%	0,01%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	112.661.166	455.788.018	(75,28%)	0,02%
Reavaliação de Ativos	231.861	284.928.908	(99,92%)	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	95.150.079	62.947.248	51,16%	0,02%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	17.279.227	107.889.567	(83,98%)	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	211.116.742	303.891.871	(30,53%)	0,05%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.028.093	518.342	98,34%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	210.088.649	303.373.530	(30,75%)	0,05%

Do grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” o item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” corresponde à quase totalidade:

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2023	%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	210.088.649	99,51%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.028.093	0,49%
Total	211.116.742	100,00%

O valor do item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas”, por sua vez, é composto majoritariamente por “Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, responsável por 84,19% dos lançamentos, ou R\$ 176,88 milhões, aproximadamente, conforme demonstrado a seguir:

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2023	%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	176.876.683	84,19%
Multas Adm, Contratuais e Judiciais - Consolidação	20.904.250	9,95%
Fatos Geradores Diversos	12.307.717	5,86%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	210.088.649	100,00%

O valor de “Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, por Região, está demonstrado a seguir:

Restituições	2023	%
Conselho da Justiça Federal	2.211.242	1,25%
1ª Região	59.951.927	33,89%
2ª Região	18.813.857	10,64%
3ª Região	43.138.466	24,39%
4ª Região	13.302.887	7,52%
5ª Região	31.957.627	18,07%
6ª Região	7.500.677	4,24%
Total	176.876.683	100,00%

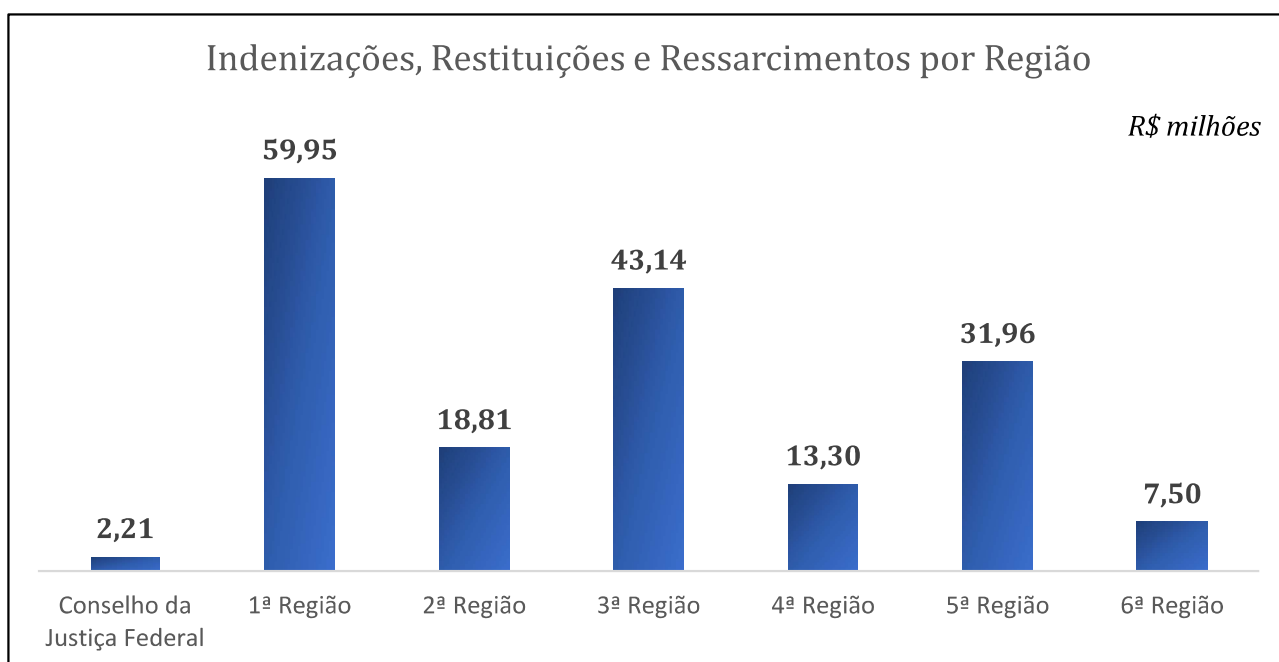


Gráfico 11

NOTA 9 – DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	456.609.238.078	182.193.979.340	150,62%	100,00%
Pessoal e Encargos	10.057.578.611	9.621.582.218	4,53%	2,20%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.365.146.312	2.202.428.424	7,39%	0,52%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.969.530.129	1.614.838.632	21,96%	0,43%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	158.577	104.840	51,26%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	303.478.799.735	121.522.386.834	149,73%	66,46%
Transferências Intragovernamentais	303.445.962.467	121.482.431.679	149,79%	66,46%
Transferências ao Exterior	2.500.000	-	-	0,00%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	30.337.268	39.955.154	(24,07%)	0,01%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	138.657.470.099	47.154.752.217	194,05%	30,37%
Tributárias	64.834.488	45.929.810	41,16%	0,01%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	15.720.126	31.956.365	(50,81%)	0,00%

Dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Concedidas”, com 66,46% do total, conforme demonstrado no quadro anterior.

Do total de “Transferências e Delegações Concedidas” 99,99% são referentes a “Transferências Intragovernamentais” e 0,01% referentes a “Outras Transferências e Delegações Concedidas”.

Transferências e Delegações Concedidas	2023	%
Transferências Intragovernamentais	303.445.962.467	99,99%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	32.837.268	0,01%
Total	303.478.799.735	100,00%

Os 99,99% de “Transferências Intragovernamentais” são compostos, em sua quase totalidade, por 98,93% referentes a “Sub-repasses Concedido”, conforme demonstrado no quadro a seguir (percentuais em relação ao total de “Transferências e Delegações Concedidas”):

Transferências e Delegações Concedidas	2023	%
Transferências Intragovernamentais	303.445.962.467	99,99%
Sub-Repasso Concedido	300.221.323.987	98,93%
Transferências Concedidas Para Pgto de RP	2.582.741.917	0,85%
Movimento de Saldos Patrimoniais	537.194.616	0,18%
Demais Transferências Intragovernamentais	104.701.948	0,03%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	32.837.268	0,01%
Total	303.478.799.735	100,00%

Em relação somente ao total de Transferências Intragovernamentais, os Sub-repasses concedidos correspondem a 98,94%, e as Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar representam 2,5%, conforme a seguir demonstrado:

Transferências Intragovernamentais	2023	%
Sub-Repasse Concedido	300.221.323.987	98,94%
Transferências Concedidas Para Pgto de RP	2.582.741.917	0,85%
Movimento de Saldos Patrimoniais	537.194.616	0,18%
Demais Transferências Intragovernamentais	104.701.948	0,03%
Total	303.445.962.467	100,00%

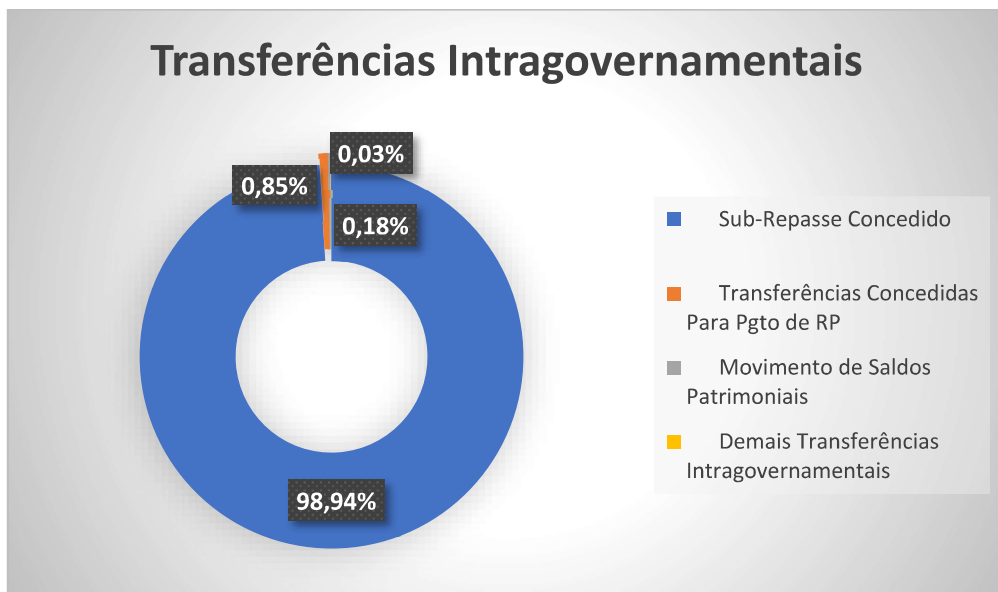


Gráfico 12

NOTA 10 – DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	456.609.238.078	182.193.979.340	150,62%	100,00%
Pessoal e Encargos	10.057.578.611	9.621.582.218	4,53%	2,20%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.365.146.312	2.202.428.424	7,39%	0,52%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.969.530.129	1.614.838.632	21,96%	0,43%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	158.577	104.840	51,26%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	303.478.799.735	121.522.386.834	149,73%	66,46%
Transferências Intragovernamentais	303.445.962.467	121.482.431.679	149,79%	66,46%
Transferências ao Exterior	2.500.000	-	-	0,00%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	30.337.268	39.955.154	(24,07%)	0,01%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	138.657.470.099	47.154.752.217	194,05%	30,37%
Tributárias	64.834.488	45.929.810	41,16%	0,01%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	15.720.126	31.956.365	(50,81%)	0,00%

A conta “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, que representa 30,37% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, é composta, em sua maioria por “Incorporação de Passivos” relativos à transferência de precatórios e RPVs das unidades devedoras para a Justiça Federal, a quem cabe a realização do pagamento. Essas incorporações de passivos representam 99,79% desse grupo., conforme abaixo:

Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	2023	%
Incorporação de Passivos	138.361.890.978	99,79%
Desincorporação de Ativos	231.084.113	0,17%
Reavaliação de Bens Imóveis	62.894.266	0,05%
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	673.956	0,00%
Ajuste Para Perdas de Demais Creditos a Receb	400.072	0,00%
Perdas Involuntárias Com Estoques	378.677	0,00%
Reavaliação de Bens Móveis	147.932	0,00%
Outras Perdas Involuntárias	106	0,00%
Total	138.657.470.099	100,00%

O valor da Incorporação de Passivos, por Região, está demonstrado a seguir:

Incorporação de Passivos por Região	2023	%
Conselho da Justiça Federal	37.342.512	0,03%
1ª Região	51.056.479.784	36,82%
2ª Região	23.170.469.270	16,71%
3ª Região	25.642.564.858	18,49%
4ª Região	21.901.518.477	15,80%
5ª Região	14.786.381.727	10,66%
6ª Região	2.062.713.471	1,49%
Total	138.657.470.099	100,00%

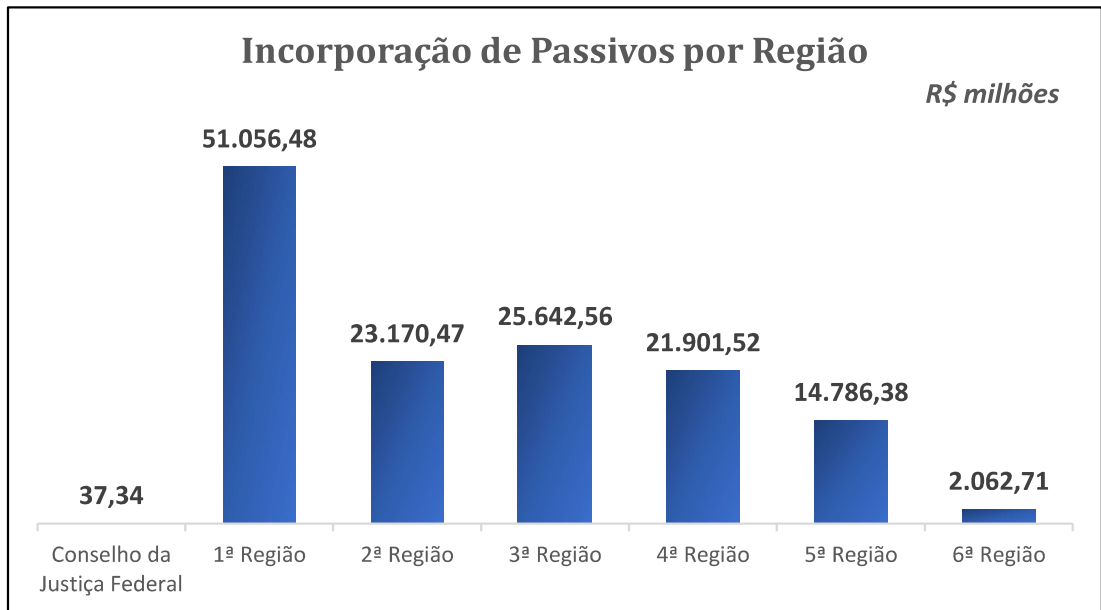


Gráfico 13

NOTA 11 - BO - RECEITAS CORRENTES - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	103.222.504	103.222.504
Receitas Tributárias	-	-	103.248.966	103.248.966
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	407	407
Outras Receitas Correntes	-	-	(26.869)	(26.869)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	(26.869)	(26.869)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	103.222.504	103.222.504
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	103.222.504	103.222.504
DEFICIT	-	-	153.279.959.507	153.279.959.507
TOTAL	-	-	153.383.182.011	153.383.182.011

O valor negativo de R\$ 26.869, na receita de “Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, é decorrente de retificações de receita em Guias de Recolhimento da União (GRU) na 2ª Região, conforme 2023RA000681, na UG 090048 em 02/05/2023 (RA de destinação da retificação da arrecadação de GRU).

A totalidade das Receitas Realizadas é de origem “Tributária – Emolumentos e Custas Judiciais”, conforme demonstrado a seguir:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS REALIZADAS	%
Receitas Tributárias	103.248.966	100%
Receitas de Serviços	-	-
Transferências Correntes	407	0%
Outras Receitas Correntes	(26.869)	(0%)
Total	103.222.504	100,00%

Outra forma de visualizar as “Receitas Correntes Realizadas” está demonstrada no quadro a seguir:

RECEITAS TRIBUTÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	%
Emolumentos e Custas Judiciais	103.248.966	100%
Outras Transf.Conv.Uniao e Suas Entid.-Princ.	407	0%
Restituições de Sentenças Judiciais não sacadas	(26.869)	(0%)
Total	103.222.504	100,00%

A distribuição dos valores de “Receitas Tributárias Realizadas – Emolumentos e Custas Judiciais”, por Região, estão apresentados no quadro a seguir:

Receitas Tributárias - Emolumentos e Custas Judiciais	2023	%
1ª Região	21.576.662	20,90%
2ª Região	13.208.357	12,79%
3ª Região	29.440.425	28,51%
4ª Região	24.039.520	23,28%
5ª Região	8.133.307	7,88%
6ª Região	6.850.696	6,64%
Total	103.248.966	100,00%

NOTA 12 – BO – DESPESAS CORRENTES

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
DESPESAS CORRENTES	14.963.579.021	148.710.254.586	(133.746.675.565)	994%
Pessoal e Encargos Sociais	12.276.672.991	30.286.405.124	(18.009.732.133)	247%
Outras Despesas Correntes	2.686.906.030	118.423.849.462	(115.736.943.432)	4407%
DESPESAS DE CAPITAL	513.981.622	4.672.927.425	(4.158.945.803)	909%
Investimentos	494.564.753	387.253.081	107.311.672	78%
Inversões Financeiras	19.416.869	4.285.674.344	(4.266.257.475)	22072%
TOTAL	15.477.560.643	153.383.182.011	(137.905.621.368)	991%

Em primeira análise, a execução das despesas correntes apresenta o percentual de 994% das despesas fixadas pela Lei Orçamentária Anual - LOA (dotação). No entanto, dentro deste percentual, consta a execução de Precatórios e RPVs, nas unidades da Justiça Federal, com dotação proveniente de outras unidades orçamentárias da União.

O grupo “Pessoal e Encargos” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 18.547.152.536,76 referente à execução de precatórios e RPVs.

O saldo da dotação de “Outras Despesas Correntes” encontra-se negativo em razão da execução de outras unidades orçamentárias, em sua maioria de precatórios, RPVs e pagamento de peritos no âmbito da assistência jurídica gratuita, no valor de R\$ 116.001.844.580,26, sem o respectivo destaque recebido.

O saldo da dotação de “Inversões Financeiras” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 4.276.594.344,38, referente à execução de precatórios e RPVs.

Assim, caso desconsideremos esses valores, as despesas são ajustadas para o patamar abaixo:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
DESPESAS CORRENTES	14.963.579.021	14.161.257.469	802.321.552	94,64%
Pessoal e Encargos Sociais	12.276.672.991	11.739.252.587	537.420.404	95,62%
Outras Despesas Correntes	2.686.906.030	2.422.004.882	264.901.148	90,14%
DESPESAS DE CAPITAL	513.981.622	396.333.081	117.648.541	77,11%
Investimentos	494.564.753	387.253.081	107.311.672	78,30%
Inversões Financeiras	19.416.869	9.080.000	10.336.869	46,76%
TOTAL	15.477.560.643	14.557.590.549	919.970.094	94,06%

NOTA 13 – BF – INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Recebidas	456.102.560.318	181.251.867.649	151,64%	98,54%
Resultantes da Execução Orçamentária	452.155.249.092	177.936.881.268	154,11%	97,69%
Cota Recebida	151.910.746.545	59.258.993.090	156,35%	32,82%
Repassé Recebido	8.943.246	2.023.660	341,93%	0,00%
Sub-repassé Recebido	300.221.323.987	118.675.563.914	152,98%	64,86%
Sub-repassé Devolvido	14.235.314	300.604	4635,57%	0,00%
TOTAL DE INGRESSOS	462.849.859.877	186.169.784.916	148,62%	100,00%

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) é possível identificar que as “Transferências Financeiras Recebidas” representam a maior parte dos ingressos apurados, correspondentes a 98,54%. É composta, principalmente, pelo movimento das contas de “Cotas Recebidas” e “Sub-repassé Recebido”, conforme demonstrado a seguir:

Resultantes da Execução Orçamentária	2023	%
Cota Recebida	151.910.746.545	33,6%
Repassé Recebido	8.943.246	0,0%
Sub-repassé Recebido	300.221.323.987	66,4%
Sub-repassé Devolvido	14.235.314	0,0%
Total	452.155.249.092	100,00%

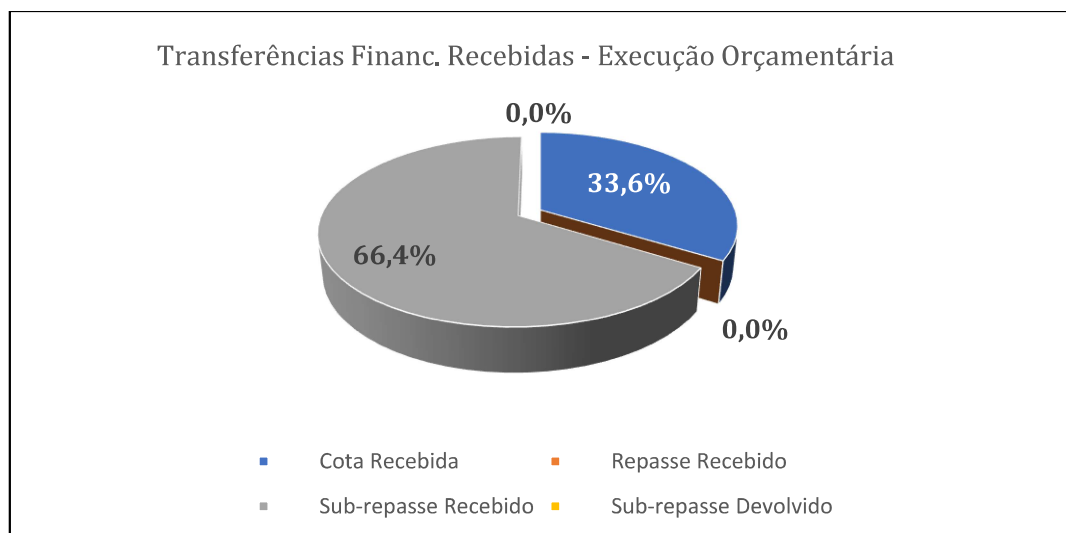


Gráfico 14

A variação de ambas é resultado da movimentação financeira necessária ao pagamento de precatórios e de RPV.

NOTA 14 – BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, Independentes da Execução Orçamentária

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Recebidas	456.102.560.318	181.251.867.649	151,64%	98,54%
Independentes da Execução Orçamentária	3.947.311.226	3.314.986.381	19,07%	0,85%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.916.882.992	2.673.582.821	46,50%	0,85%
Demais Transferências Recebidas	15.301.544	592.057.279	(97,42%)	0,00%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	15.126.690	49.346.281	(69,35%)	0,00%
TOTAL DE INGRESSOS	462.849.859.877	186.169.784.916	148,62%	100,00%

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Concedidas	303.445.549.990	121.481.978.526	149,79%	65,56%
Independentes da Execução Orçamentária	3.130.291.699	2.572.849.238	21,67%	0,68%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.582.741.917	1.916.171.403	34,79%	0,56%
Demais Transferências Concedidas	10.355.167	14.346.378	(27,82%)	0,00%
Movimento de Saldos Patrimoniais	537.194.616	642.331.457	(16,37%)	0,12%
TOTAL DE DISPÊNDIOS	462.849.859.877	186.169.784.916	148,62%	100,00%

Os valores relativos às Transferências Recebidas e Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar são, em sua maioria, relacionados às movimentações financeiras necessárias para o pagamento de Precatórios e RPVs.

No entanto, ressalta-se que o processo de pagamento de tais obrigações exige que os recursos financeiros transitem por diversas unidades da Justiça Federal até chegar às chamadas UGs de Precatórios, que efetuarão os pagamentos. Com isso, tais movimentações geram registros contábeis de transferências recebidas/concedidas a cada vez que transitam pelas unidades, acarretando, dessa forma, valor expressivo na conta consolidada do Órgão.

NOTA 15 – BF – INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários - Arrecadação de Outra Unidade

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Recebimentos Extraorçamentários	4.544.151.600	2.953.954.870	53,83%	0,98%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	415.637.240	458.984.237	(9,44%)	0,09%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	4.958	4.587	8,10%	0,00%
Restituições a Pagar	688	-	-	0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.566	548	1828,10%	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	415.621.028	458.865.404	(9,42%)	0,09%
Valores para Compensação	-	113.698	(100,00%)	-
TOTAL DE INGRESSOS	462.849.859.877	186.169.784.916	148,62%	100,00%

INGRESSOS		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2023	AV
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	4.958	0,00%
Restituições a Pagar	688	0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.566	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	415.621.028	100,00%
Total	415.637.240	100,00%

Dentre os grupos que compõem os “Outros Recebimentos Extraorçamentários”, cabe analisar os registros que integram o saldo de “Arrecadação de Outra Unidade”. Essa conta representa o montante financeiro arrecadado pela Justiça Federal, pertencente à receita orçamentária de outras unidades. No 4º trimestre de 2023 a “Arrecadação de Outra Unidade” alcançou o valor total de R\$ 415.621.028 distribuído pelas seguintes Naturezas de Receita:

Arrecadação de Outra Unidade por Natureza de Receita	2023	%
Convênio Depósitos Judiciais	151.242.475	36,4%
Restit. Exercícios Anteriores	112.663.423	27,1%
Outras Receitas	55.673.642	13,4%
Ressarcimento de Custos	51.872.654	12,5%
Emolumentos e Custas	44.249.440	10,6%
Restit. Sentenças não Sacadas	(80.607)	(0,0%)
Total	415.621.028	100,0%

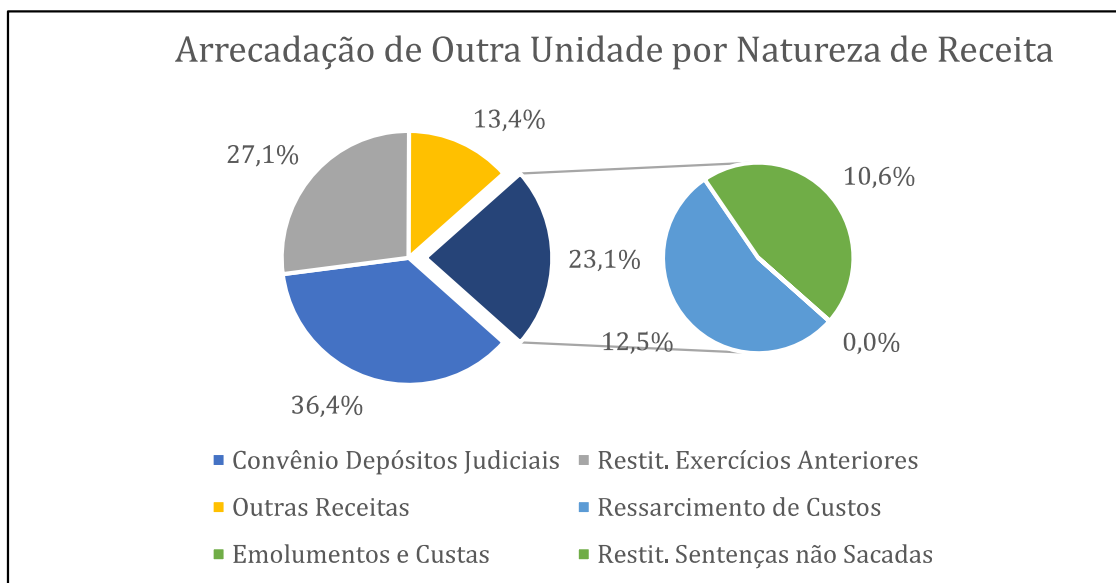


Gráfico 15

Ressalta-se que os valores registrados como “Arrecadação de Outra Unidade” correspondem à arrecadação realizada por nossas unidades na fonte 000 - Recursos Livres da União, a qual é registrada como receita realizada diretamente na Fazenda Nacional.

O quadro abaixo demonstra a composição do saldo da conta “Controle de Arrecadação na Unidade Arrecadadora” por fonte de recursos, conforme demonstrado a seguir:

Controle da Arrec. na Unidade Arrecadadora por Fonte	2023	%
Recursos Livres da União	415.613.003	80,1%
Serv.Afetos às Ativid.Específicas da Justiça	103.248.966	19,9%
Recursos Livres da UO	8.024	0,0%
Convênios	407	0,0%
Recursos a Classificar	-	-
Prog.Proteção Crianças e Adol.Ameaçados Morte	(5.374)	(0,0%)
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	(21.495)	(0,0%)
Total	518.843.532	100,0%

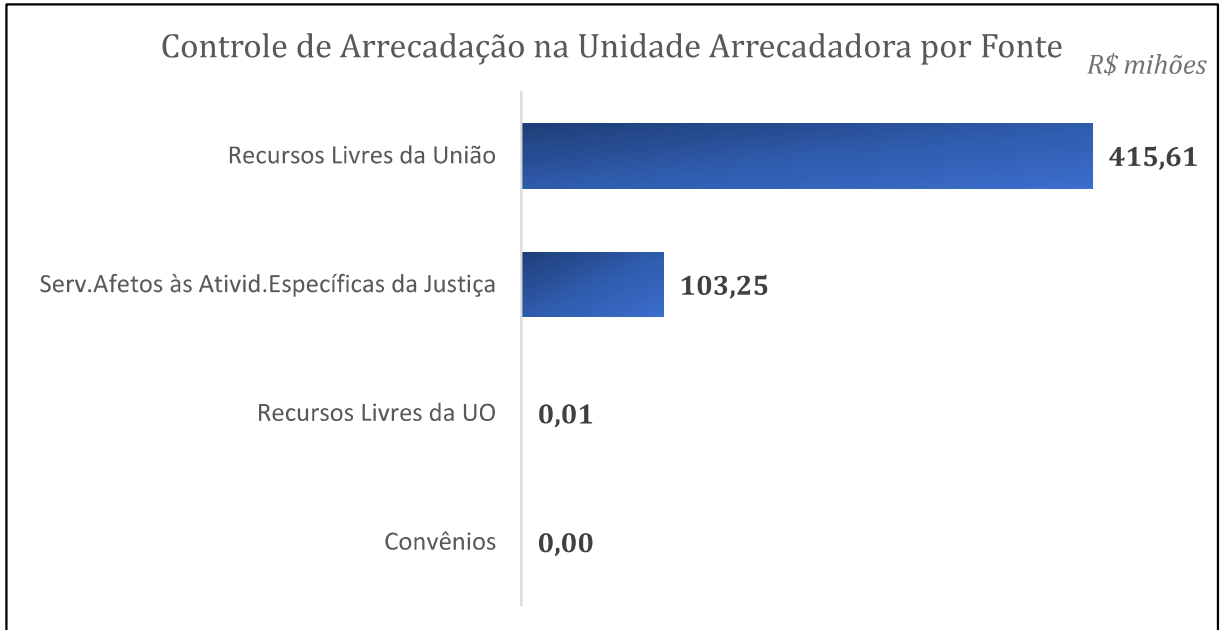


Gráfico 16

NOTA 16 – BF – DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Despesas Orçamentárias	153.383.182.011	60.985.770.320	151,51%	33,14%
Ordinárias	65.971.245.613	35.933.904.766	83,59%	14,25%
Vinculadas	87.411.936.398	25.051.865.554	248,92%	18,89%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	44.636.455.067	22.314.877.165	100,03%	9,64%
Previdência Social (RPPS)	1.966.900.376	1.943.817.084	1,19%	0,42%
Dívida Pública	40.651.698.524	-	-	8,78%
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	156.882.431	-	-	-
Outros Recursos Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas	-	793.171.305	(100,00%)	-
TOTAL	462.849.859.877	186.169.784.916	148,62%	100,00%

Despesas Orçamentárias Vinculadas	2023	%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	44.636.455.067	51,06%
Previdência Social (RPPS)	1.966.900.376	2,25%
Dívida Pública	40.651.698.524	46,51%
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	156.882.431	0,18%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	0	-
TOTAL	87.411.936.398	100,00%

Dentre as despesas Orçamentárias vinculadas, que nesse 4º trimestre de 2023 apresentou saldo de R\$ 87.411.936.398, cabe destacar o item denominado "Seguridade Social (Exceto Previdência)", formado pelas fontes de recursos 001 – Recursos Livres da Seguridade Social e fonte 002 – Atividades-fim da Seguridade Social, conforme abaixo:

Seguridade Social (Exceto Previdência) - por Fonte de Recursos	2023	%
002 - Atividades-Fins da Seguridade Social	40.900.981.335	91,63%
123 - Seg.Social-Superavit Vinc.Amort.Pgto.Div.	3.719.185.696	8,33%
001 - Recursos Livres da Seguridade Social	16.288.036	0,04%
Total Seguridade Social (Exceto Previdência)	44.636.455.067	100,00%

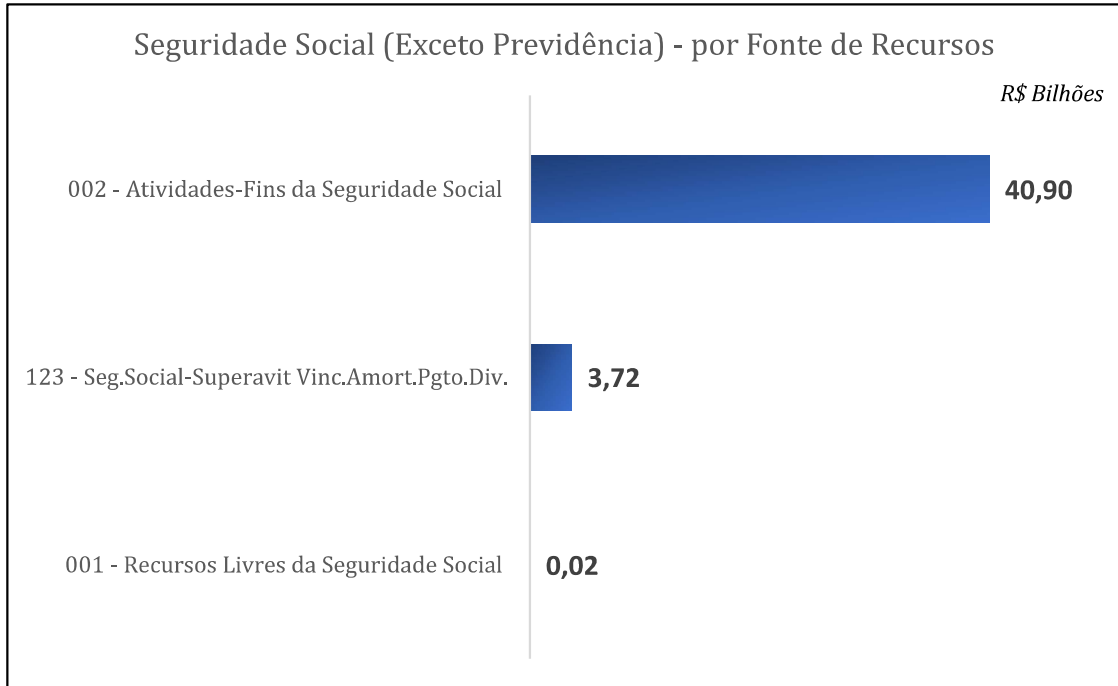


Gráfico 17

NOTA 17 – BF – DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Concedidas	303.445.549.990	121.481.978.526	149,79%	65,56%
Resultantes da Execução Orçamentária	300.315.258.291	118.909.129.288	152,56%	64,88%
Repassé Concedido	50.469.322	12.152.483	315,30%	0,01%
Sub-repassé Concedido	300.221.323.987	118.675.563.914	152,98%	64,86%
Cota Devolvida	29.229.668	221.112.287	(86,78%)	0,01%
Sub-repassé Devolvido	14.235.314	300.604	4635,57%	0,00%
TOTAL DE DISPÊNDIOS	462.849.859.877	186.169.784.916	148,62%	100,00%

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) verifica-se que as “Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária” representaram, no 4º trimestre de 2023, 64,88%.

O grupo de contas “Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária” reflete o movimento financeiro necessário ao pagamento de precatórios e RPV, sendo composto, majoritariamente pelo movimento das contas de “Sub-repassé Concedido” (99,97%).

Transf. Financ. Conced. Result. Exec. Orç.	2023	%
Repassé Concedido	50.469.322	0,02%
Sub-repassé Concedido	300.221.323.987	99,97%
Cota Devolvida	29.229.668	0,01%
Sub-repassé Devolvido	14.235.314	0,00%
Total	300.315.258.291	100,00%

NOTA 18 – DFC – Fluxos de Caixa - por Atividade

Geração Líquida e Equivalentes de Caixa - Por atividades	2023	2022	AH
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	6.211.554.170	715.516.327	768,12%
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(4.567.949.912)	(454.223.844)	905,66%
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
Total	1.643.604.257	261.292.483	529,03%

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias, extraorçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias da Justiça Federal.

O fluxo de caixa das atividades operacionais do 4º trimestre de 2023 foi 768,12% maior que o do mesmo período do exercício de 2022. Houve um aumento de R\$ 269.329.532.330 nos desembolsos, e os ingressos aumentaram em R\$ 274.825.570.173, resultando em um aumento do fluxo de caixa das atividades operacionais no valor de R\$ 5.496.037.843.

O aumento dos ingressos ocorreu basicamente em função das “Transferências Financeiras Recebidas”, que responde por 99,74% do total dos ingressos, num montante correspondente a R\$ 456.102.560.318, conforme demonstrado a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.211.554.170	715.516.327	768,12%	100,00%
INGRESSOS	457.288.790.697	182.463.220.524	150,62%	100,00%
Receita Tributária	103.248.966	92.345.252	11,81%	0,02%
Receita de Serviços	-	(1.410.122)	(100,00%)	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	(26.869)	36.265.217	(100,07%)	(0,00%)
Transferências Recebidas	407	(1.870.921)	(100,02%)	0,00%
Intragovernamentais	407	-	-	0,00%
Outras Transferências Recebidas	-	(1.870.921)	(100,00%)	-
Outros Ingressos Operacionais	457.185.568.193	182.337.891.099	150,74%	99,98%
Ingressos Extraorçamentários	667.375.593	627.043.800	6,43%	0,15%
Restituições a Pagar	688	-	-	0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.566	548	1828,10%	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas	456.102.560.318	181.251.867.649	151,64%	99,74%
Arrecadação de Outra Unidade	415.621.028	458.865.404	(9,42%)	0,09%
Valores para Compensação	-	113.698	(100,00%)	-
DESEMBOLSOS	(451.077.236.527)	(181.747.704.197)	148,19%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	(145.058.762.750)	(57.899.299.270)	150,54%	32,16%
Judiciário	(10.238.312.421)	(9.359.731.947)	9,39%	2,27%
Essencial à Justiça	(570.846)	(470.962)	21,21%	0,00%
Administração	(62.700)	(15.571)	302,66%	0,00%
Previdência Social	(2.213.235.982)	(2.060.469.357)	7,41%	0,49%
Educação	(6.767)	-	-	0,00%
Encargos Especiais	(132.606.578.992)	(46.478.616.020)	185,31%	29,40%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	4.958	4.587	8,10%	(0,00%)

Transferências Concedidas	(1.804.214.424)	(1.856.668.127)	(2,83%)	0,40%
Intragovernamentais	(1.801.714.424)	(1.856.668.127)	(2,96%)	0,40%
Outras Transferências Concedidas	(2.500.000)	-	-	0,00%
Outros Desembolsos Operacionais	(304.214.259.353)	(121.991.736.800)	149,37%	67,44%
Dispêndios Extraorçamentários	(768.245.749)	(509.311.702)	50,84%	0,17%
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	(8.954)	(100,00%)	-
Transferências Financeiras Concedidas	(303.445.549.990)	(121.481.978.526)	149,79%	67,27%
Valores Compensados	(51.121)	-	-	0,00%
Demais Pagamentos	(412.493)	(437.618)	(5,74%)	0,00%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.567.949.912)	(454.223.844)	905,66%	100,00%
DESEMBOLSOS	(4.567.949.912)	(454.223.844)	905,66%	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	(253.156.887)	(322.009.699)	(21,38%)	5,54%
Outros Desembolsos de Investimentos	(4.314.793.025)	(132.214.145)	3163,49%	94,46%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.643.604.257	261.292.483	529,03%	(35,98%)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.099.925.455	1.838.632.972	14,21%	(45,97%)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.743.529.713	2.099.925.455	78,27%	(81,95%)

Dos desembolsos, as despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério da Fazenda.

Dos recursos financeiros recebidos para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, R\$ 145,06 bilhões (32,16%) se referem a “Pessoal e Demais Despesas”; R\$ 1,8 bilhão (0,4%) a “Transferências Concedidas”; e, R\$ 304,21 bilhões (67,44%) se referem a “Outros Desembolsos Operacionais”.

No 4º trimestre de 2023 os desembolsos das atividades operacionais referentes à despesa orçamentária “Pessoal e Demais Despesas”, na função “Judiciário”, totalizaram R\$ 10,24 bilhões, correspondendo a 2,27% do total de desembolso. O maior item de desembolso com “Pessoal”, entretanto, refere-se a “Encargos especiais”, no percentual de 29,4%, correspondendo a R\$ 132,6 bilhões.

O valor mais significativo do total de desembolsos, correspondendo 67,27% do total, refere-se ao item “Transferências Financeiras Concedidas”, necessárias ao pagamento de precatórios e RPV (R\$ 303,45 bilhões).

As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. Não houve ingressos de Investimentos, apenas desembolsos, os quais compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes (5,54%) e outros desembolsos de investimento (94,46%). Após análise da DFC, em relação ao fluxo de caixa de investimentos, verifica-se que não houve ingressos e que houve desembolsos de aproximadamente R\$ 4,57 bilhões, resultando num fluxo deficitário na mesma ordem.

NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa

Resultado Financeiro BF X DFC	2023	2022	AH
Caixa e equivalentes de caixa inicial	2.099.925.455	1.838.632.972	14,21%
Caixa e equivalente de caixa final	3.743.529.713	2.099.925.455	78,27%
Geração líquida e equivalente de caixa	1.643.604.257	261.292.483	529,03%

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do 4º trimestre de 2023 a Geração Líquida de Caixa foi positiva em R\$ 1.643.604.257, apresentando um aumento de 529,03% em comparação ao mesmo período de 2022.

Referências

Legislação:

Lei 4.320/1964:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm

Lei nº 13.463/2017:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13463.htm

Publicações:

BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 9ª edição. Disponível em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>

Sites:

<https://manuais.tesouro.gov.br/siafi>

<https://siafi.tesouro.gov.br/>

<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>

<https://www.conjur.com.br/2014-jan-26/segunda-leitura-breve-balanco-historia-justica-federal-brasil>

<https://www.cjf.jus.br/cjf/>